



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária de Santa Catarina**  
**1ª Vara Federal de Criciúma**

Av. Centenário, 1570, 2º andar - Bairro: Santa Barbara - CEP: 88804-001 - Fone: 4834314220 - jfsc.jus.br - Email: sccri01@jfsc.jus.br

**EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 5002644-44.2018.4.04.7211/SC**

**EXEQUENTE:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

**EXECUTADO:** ACIFER COMERCIO DE MADEIRA & SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI

**EXECUTADO:** OSWALDO LENCI

**EDITAL Nº 720014626650**

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR GERMANO ALBERTON JÚNIOR, JUIZ FEDERAL DA 1ª VARA FEDERAL DE CRICIÚMA – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA.

FAZ SABER a todos quanto o presente **Edital** o virem ou dele tiverem conhecimento, que realizará a alienação em leilão, por lanços online, em datas, local, horário e sob as condições adiante descritas, do(s) bem(ns) penhorado(s) no(s) processo(s) abaixo relacionado(s).

**1º Leilão:** encerramento das propostas terá **início às 14:00 horas do dia 06/07/2026**, por valor igual ou superior à avaliação do bem.

**2º Leilão:** encerramento das propostas terá **início às 14:00 horas do dia 13/07/2026**, a quem mais der, se, no 1º leilão, o bem não alcançar lança igual ou superior à importância da avaliação, desde que não seja preço vil (art. 891, parágrafo único, da Lei 13.105/2015).

Para todos os efeitos, o horário a que se refere o presente edital é o horário oficial de Brasília (Brasil).

**01 - LOCAL DO LEILÃO:** na forma online por meio do endereço eletrônico [www.danielgarcialeiloes.com.br](http://www.danielgarcialeiloes.com.br).

**02 - LEILOEIRO OFICIAL/NOMEADO:** DANIEL ELIAS GARCIA.

**03 - DOS LANÇOS E DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO**

**3.1** - Os lanços ofertados são IRREVOGÁVEIS e IRRETRATÁVEIS. O Usuário é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, cujos lanços não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese.

**3.2** - O leiloeiro poderá, a qualquer momento e a seu livre arbítrio, alterar o valor do



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária de Santa Catarina**  
**1ª Vara Federal de Criciúma**

incremento de cada lote.

3.3 - Não havendo mais lances ofertados, será considerado vencedor o maior lance registrado, finalizando-se, assim, o ato. O(s) bem(ns) que não forem objeto de arrematação poderão, na mesma data e a critério do Juiz, ser novamente apregoados, ao final do leilão.

#### **04 - DOS LANÇOS ONLINE**

**4.1** - Poderão ser realizados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do presente edital.

**4.2** – O cadastro e os lances online serão efetuados exclusivamente perante o Leiloeiro Público Oficial, Sr. Daniel Elias Garcia – JUCESC – AARC 306, pelo seguinte sítio eletrônico (site na internet): [www.danielgarcialeiloes.com.br](http://www.danielgarcialeiloes.com.br).

**4.3** - O interessado em participar do leilão na modalidade online deverá cadastrar-se previamente no site [www.danielgarcialeiloes.com.br](http://www.danielgarcialeiloes.com.br), com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data do evento, de modo absolutamente gratuito, ficando o interessado responsável civil e criminalmente pelas informações lançadas no preenchimento do aludido cadastro, oportunidade em que preencherá os dados pessoais e aceitará as condições de participação previstas neste Edital e no Termo de Compromisso constante do sítio eletrônico.

**4.4** - Para que seja confirmado o cadastro pela internet, será obrigatório, no ato do seu preenchimento, anexar cópias dos documentos solicitados no site [www.danielgarcialeiloes.com.br](http://www.danielgarcialeiloes.com.br), quais sejam: a) se pessoa física: Carteira de Identidade, CPF e comprovante de residência; b) se pessoa jurídica: CNPJ, contrato social (até a última alteração) ou Declaração de Firma Individual, RG e CPF do representante legal ou do preposto da pessoa jurídica respectiva.

**4.5** - A aprovação do cadastro será confirmada por meio do e-mail informado pelo usuário, tornando-se indispensável mantê-lo válido e regularmente atualizado.

**4.6** - As pessoas físicas e jurídicas que tiverem seu cadastro online aprovado, automaticamente, estarão outorgando poderes ao leiloeiro oficial para assinar em seu nome os Autos de Arrematação.

**4.7** - Os Lances Online serão concretizados no ato de sua captação pelo provedor e não no ato da emissão pelo participante. Assim, diante das diferentes velocidades nas transmissões



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária de Santa Catarina**  
**1ª Vara Federal de Criciúma**

de dados, dependentes de uma série de fatores alheios ao controle pelo provedor, o Leiloeiro não se responsabiliza por lances ofertados que não sejam recebidos antes do fechamento do lote.

**4.8** - O maior lance registrado até o momento da abertura do leilão será declarado vencedor se após o prazo de 15 (quinze) segundos da abertura do lote pelo leiloeiro não houver oferta de lance superior. Caso dentro dos 15 (quinze) segundos seja registrado no sistema lance superior, o leiloeiro aguardará novamente o prazo de 15 (quinze) segundos, e assim sucessivamente até que dentro deste tempo não haja lance superior, quando declarará vendido o lote ao arrematante do maior lance.

**4.9** - Recomenda-se que o participante dê seu lance com bastante antecedência ao fechamento do leilão. Em caso de instabilidade no acesso do participante, nos últimos minutos do leilão, impedindo o envio de novos lances, não será anulado o leilão, uma vez que é disponibilizada, no portal do leiloeiro, a ferramenta de “lance automático”, que realiza lances sucessivos até o limite indicado pelo participante e apenas o suficiente para superar o lance anterior. Assim, o participante, ao não utilizar a referida ferramenta e esperar o último momento para enviar o lance manual, assume o risco do resultado, no caso de falha sistêmica.

## **05 - DO PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO**

À Vista: A arrematação far-se-á mediante o pagamento da integralidade do valor do lance, por meio de guia judicial (art. 892 do CPC), tendo o arrematante o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, da realização do leilão, para comprovar o pagamento diretamente ao Leiloeiro.

## **06 – ÔNUS DO ARREMATANTE**

**6.1** - O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, à vista, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da arrematação ou adjudicação (art. 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981 de 19/10/32) o qual não está incluso no montante do lance.

**6.2** – Na hipótese de acordo ou remição após o leilão positivo (§ 3º, art. 7º da Resolução 236/2016 do CNJ), ou quando houver acordo ou remição mesmo antes da realização do leilão já designado, e após ter iniciado os atos preparatórios, o leiloeiro fará jus ao pagamento de valor equivalente, a título indenizatório pelo trabalho dispendido, no percentual equivalente à metade da comissão legal (artigo 24 do decreto 32).

**6.3** - Ao arrematante compete o pagamento das custas judiciais de 0,5% (meio por cento), calculado sobre o valor da arrematação, observados os limites mínimo e máximo de R\$ 10,64



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária de Santa Catarina**  
**1ª Vara Federal de Criciúma**

e R\$ 1.915,38, nos termos da Lei 9.289/96.

**07 - ADVERTÊNCIAS**

**7.1** - Ficam intimadas as partes por meio deste Edital (art. 889 do CPC).

**7.2** - O credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, os usufrutuários, o coproprietário de bem indivisível, que não foram intimados pessoalmente, ficam nesse ato intimados da realização dos respectivos leilões (art. 889 do CPC).

**7.3** - No caso de bem(ns) imóvel(is), não serão de responsabilidade do(s) arrematante(s) eventuais hipotecas, penhoras e débitos anteriores relativos ao IPTU, (art. 130, § único, do CTN). Ao(s) arrematante(s) compete(m) requerer; aos respectivos juízos e órgãos públicos, o levantamento de eventuais restrições, penhoras, hipotecas e baixas dos débitos tributários, existentes sobre o(s) bem(ns) arrematado(s), não cabe desistência, reclamações ou pedidos de ressarcimentos, pela demora de eventual cancelamento de tais ônus, ou na expedição da carta de arrematação ou do mandado de entrega.

**7.4** – No caso de arrematação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência. (art. 908, § 1º do CPC).

**7.5** – As alienações são feitas em caráter “AD-CORPUS”, e o(s) bem(ns) relacionado(s) para os leilões serão vendidos no estado e condições em que se encontram e sem garantia, sendo que as informações mencionadas nos Editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Não cabe ao leiloeiro e ao poder judiciário a responsabilidade por qualquer problema ou defeito que venha a ser constatado posteriormente, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação, localização, na constituição, composição ou funcionamento do(s) bem(ns) arrematados. Pressupõe-se, a partir do oferecimento de lances, o conhecimento das características e situação do(s) bem(ns), ou o risco consciente do arrematante, não aceitando a respeito deles qualquer reclamação ou desistência posterior, quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas, procedência ou especificação, devendo, portanto, o arrematante considerar o disposto no dimensionamento do lance/proposta.

**7.6** - Serão de responsabilidade do arrematante, salvo decisão judicial em contrário, despesas relativas à transferência dos imóveis, tais como ITBI, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, escrituras, registros, emolumentos e outras despesas pertinentes.



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária de Santa Catarina**  
**1ª Vara Federal de Criciúma**

**7.7** - Compete ao interessado na arrematação a verificação do estado de conservação do(s) bem(ns), bem como, em se tratando de bem(ns) imóvel(is), a apuração de eventuais restrições à construção, averbadas ou não na matrícula, ou relativas a edificações futuras, incumbindo-lhe, ainda, a realização das diligências necessárias para a completa análise do(s) aspectos ambientais, urbanísticos, registrares, ocupacionais e administrativos, junto aos órgãos competentes.

**7.8** - O leiloeiro oficial e o poder judiciário não se responsabilizam por eventuais divergências tipográficas (digitação) que venham a ocorrer neste edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante verificar o estado de conservação do(s) bem(ns) e suas especificações. Sendo assim, a visitação do(s) bem(ns) torna-se essencial, não cabendo reclamações posteriores à realização do leilão.

**7.9** - Assinado o auto de arrematação pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretroatável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º do artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos. (art. 903 do CPC).

**7.10** - Aquele que desistir da arrematação ou não efetuar o depósito do saldo no prazo previsto perderá, em favor da execução, o sinal dado em garantia e também a comissão paga ao leiloeiro, aplicando-se-lhe multa, a qual se reverterá em favor do credor, e responderá, ainda, pelas despesas processuais respectivas. O mesmo ocorrerá se o depósito for efetuado em cheque sem provisão de fundos, ficando, então, impedido de participar de novos leilões judiciais (art. 897 do CPC).

**7.11** – O leiloeiro dispõe de todos os lanços captados e registrados durante o evento, permitindo que, caso o arrematante fique inadimplente (remisso) ou faça uso da faculdade da desistência da arrematação, o juiz ao seu livre alvedrio, no intuito de aproveitar os atos praticados no leilão, pode convocar os demais ofertantes subsequentes para que demonstrem seu interesse em prosseguir na execução na condição de arrematante.

**7.12** - O leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado e efetuar a leitura integral do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. O leiloeiro público oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro.

**7.13** - Tratando-se de alienação de vaga de garagem, deverá ser observado o disposto no art. 1.331, §1º, do Código Civil, devendo o interessado verificar previamente as regras estabelecidas na Convenção do Condomínio, não sendo admitidas reclamações posteriores à realização do leilão.



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária de Santa Catarina**  
**1ª Vara Federal de Criciúma**

**7.14** - Durante a realização do leilão, o participante que impedir, perturbar, fraudar, afastar ou procurar afastar arrematantes por oferecimento de vantagens ou qualquer outro meio ilícito, além da reparação cível, artigos 186 e 927 do Código Civil, está sujeito às sanções previstas nos artigos 335, 337-F, 337-K e 358 do Código Penal.

**08 - DA RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES INCIDENTAIS**

**8.1** - Eventuais controvérsias surgidas no curso do leilão, inclusive quanto à participação dos interessados licitantes e à admissibilidade do lance inferior ao valor da avaliação (no segundo leilão), serão imediatamente submetidas ao crivo judicial.

**8.2** - Quaisquer esclarecimentos, bem como cópias do Edital com os bens a serem leiloados poderão ser obtidos diretamente com o Leiloeiro, por e-mail: [contato@dgleiloes.com.br](mailto:contato@dgleiloes.com.br), site: [www.danielgarcialeiloes.com.br](http://www.danielgarcialeiloes.com.br), ou pelos telefones 0800 278 7431 e (48) 99138-6012.

**8.3** - Ficará à disposição das partes no site [www.danielgarcialeiloes.com.br](http://www.danielgarcialeiloes.com.br) o resultado do leilão, por 24 (vinte e quatro) horas, após o evento, para que as mesmas tenham ciência.

**Processo n. 5002644-44.2018.4.04.7211**

Exequente: Caixa Econômica Federal - CEF.

Executados: Acifer Comercio de Madeira & Serviços Administrativos Eireli. e Oswaldo Lenci.

**Bem:** uma área de terras urbanas, situada a Rua Expedicionário Edmundo Arrabar, 4878, Pintado, em Porto União/SC, com área de 12.250,00m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente em uma extensão de 70,00m, com a Avenida Expedicionário Edmundo Arrabar; Fundos, em uma extensão de 70,00m, com terras de Achilles Zin; Lado Direito, em uma extensão de 175,00m, com terras de Achilles Zin; e Lado Esquerdo em uma extensão de 175,00m, com terras de Zemira Bianco, matriculado sob o n. 14.298 no Ofício de Registro de Imóveis de Porto União/SC.

Obs.: sobre o referido terreno constam as seguintes edificações: imóvel 01: construção em alvenaria, aproximadamente 126m<sup>2</sup>, composto por 1 (uma) cozinha, 01 (uma) lavanderia, 01 (uma) sala, 1 (um) banheiro e 2 (dois) quartos. Forro em madeira e piso cerâmico, averbada em matrícula diversa - matrícula n. 14.233; imóvel 02: construção em alvenaria, aproximadamente 142m<sup>2</sup>, compostos de 3 (três) ambientes, sendo: escritório e cozinha conjugados, banheiro e sala em piso cerâmico. Averbado na matrícula nº 14.233; imóvel 03: construção em alvenaria, aproximadamente 177m<sup>2</sup>, forro em madeira, uma parte em piso cerâmico e outra em madeira. Composto por 05 (cinco) cômodos e 2 (dois) banheiros; Imóvel encontrava-se fechado; pavilhão 1 - estrutura em concreto pré-moldado e cobertura em



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária de Santa Catarina**  
**1ª Vara Federal de Criciúma**

estrutura metálica. Aproximadamente 1/3 do pavilhão construído no terreno avaliado; barracão 1 - aproximadamente 2/3 do barracão construído no terreno, objeto da avaliação; construção em estrutura metálica, verificado que a fiação elétrica foi retirada; barracão 2 - aproximadamente 2/3 do barracão construído no terreno, objeto da avaliação. Construção em alvenaria, composto por 1 (uma) sala de almoxarifado e 1 (um) vestiário; Obs.<sup>2</sup>: registro de existência de contrato de locação da área de 6.270,00m<sup>2</sup> do referido imóvel para fins comerciais e outras avenças com a empresa J L Catapem, com vigência até 31/12/2026. Ônus: registro de existência de ação de execução n. 0300882-54.2018.8.24.0052 e 5000303-60.2019.8.24.0052, que tramitam na 1ª Vara Cível de Porto União/SC; penhorado nos autos n. 5000008-91.2017.8.24.0052, que tramita na 2ª Vara Cível de Porto União/SC; registro de existência de ação de execução n. 1003765-29.2018.8.26.0099, que tramita na 4ª Vara Cível de Bragança Paulista/SP; penhorado nos autos n. 0301018-51.2018.8.24.0052 e 5002404-94.2024.8.24.0052, que tramitam na 1ª Vara Cível de Porto União/SC; penhorado nos autos n. 5000476-78.2018.4.04.7014, que tramita na 2ª Vara Federal de Maringá/PR; registro de existência de ação de execução n. 5002558-15.2024.8.24.0052, que tramita na 2ª Vara Cível de Porto União/SC.

**Avaliado R\$ 1.950.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta mil reais).**

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente edital, que será publicado na forma da lei, e afixado no lugar de costume, na sede deste juízo. Mais informações com o Leiloeiro Oficial pelos telefones 0800 278 7431 e (48) 99138-6012. e-mail: contato@dgleiloes.com.br - site: www.danielgarciatileiloes.com.br . Criciúma, 05 de maio de 2026.

---

Documento eletrônico assinado por **GERMANO ALBERTON JÚNIOR, Juiz Federal na Titularidade Plena**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://verificar.trf4.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **720014626650v4** e do código CRC **87a6c180**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): GERMANO ALBERTON JÚNIOR  
Data e Hora: 14/05/2026, às 19:06:03

---

**5002644-44.2018.4.04.7211**

**720014626650.V4**